



GT 53. Índios em cidades e cidades indígenas

Coordenador(es):

José Maurício Paiva Andion Arruti (UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas)

Ricardo Ventura Santos (FIOCRUZ)

Debatedor/a: José Carlos Matos Pereira (CBAE/UFRJ)

O tema da migração ou mobilidade indígena para centros urbanos, com as transformações cosmológicas, organizacionais e identitárias nele implicadas é matéria de interesse crescente na antropologia produzida nos EUA, na América Latina e no Brasil. Depois dos primeiros trabalhos sobre o tema na década de 1960, com Cardoso de Oliveira, e na década de 1980 com seus orientandos, o tema praticamente saiu da pauta da antropologia feita no Brasil, para só ser retomado duas décadas depois, em larga medida sob o impacto dos dados produzidos em escala nacional com a introdução da categoria “indígena” na lista de opções de auto-atribuição na pergunta sobre cor ou raça dos Censos Demográficos do IBGE de 1991, 2000 e 2010. Neles registrou-se não apenas um crescimento da população auto-atribuída indígena de praticamente 100% da primeira para a segunda década, como também que esta população estava dividida em proporções praticamente iguais entre áreas rurais e urbanas. Isso impulsionou tanto os estudos demográficos e etnográficos sobre indígenas em situações urbanas, quanto vem renovando o diálogo interdisciplinar. Este GT tem por objetivo reunir trabalhos sobre a situação dos índios em cidades, com a expectativa de construir um panorama sobre o tema, suas abordagens e pautas de trabalho.

Presenças, paisagens e atuações aymaras e quéchuas imigrantes na cidade de São Paulo

Autoria: Cristina de Branco (CRIA)

Atendendo à complexidade étnica das populações imigrantes em São Paulo, tomamos o enfoque específico sobre a presença de pessoas que expressam identidades variáveis entre as nações republicanas boliviana e peruana e as nações indígenas aymara e quéchua. Não são exclusivamente indivíduos bolivianos e peruanos ? tal como a demografia e as políticas públicas seguem enquadrando-os ? mas são também, de maneira cumulativa, sincronizada, justaposta, nacionais de duas nações, uma republicana e outra indígena, aymara ou quéchua. Totalizando mais de 7 milhões de pessoas pelo continente sul-americano, os aymaras e quéchuas mantêm-se principalmente no altiplano andino peruano e boliviano, correspondendo a mais de 70% da população originária tanto no Estado Plurinacional da Bolívia, como na República do Peru. Pela descida migratória a capitais sul-americanas a partir da década de oitenta do século passado, os aymaras e quéchuas vêm-se firmando através de suas práticas laborais e performáticas, através de sua visibilidade expressiva e sua sonoridade linguística pelas ruas e praças dessas cidades. Em São Paulo, possivelmente perfazem muitas dezenas de milhares aquelas pessoas que se autodeclaram, em contexto censitário boliviano e peruano, como aymaras e quéchuas. Ainda que imigrantes entre fronteiras republicanas, permanecem sendo, como vários deles pleitam, seres originários da mesma Pachamama. Assim, mesmo que o aparato estatístico brasileiro ainda não reconheça a presença desses sujeitos como indígenas, insensível à sua diversidade linguística e étnica, mantendo-as invisíveis diante do Estado e sua estrutura de políticas públicas, eles continuam presentes, circulantes, atuantes em São Paulo, desde suas subjetividades aymara e quéchua. Essa presença se torna mais visível e audível através da atuação de grupos de música e dança autóctones dedicados a difundir expressividades performáticas vindas do Kollasuyo, território de convívio maioritário aymara e em menor proporção quéchua, pelo altiplano centro-andino, entre o sul boliviano e o sudeste



peruano. Das moseñadas e tarkeadas pelos carnavais da Praça da Kantuta e do Bom Retiro, às sikuriadas e qhantus tocados e dançados no Inti Raymi e no Dia da Bolívia, centenas de aymaras e quéchuas fazem-se notar, escutar e ver através da reelaboração de suas uniões recreativas e da performance pública de um certo repertório musical e dançante indígena andino. Nesta comunicação, lançamos vias de compreensão do contexto aymara e quéchua vivido hoje na cidade de São Paulo através do avanço do work de campo ? da observação participante, de entrevistas e da realização audiovisual partilhada ? realizadas no âmbito da investigação doutoral sobre práticas culturais quéchuas e aymaras imigrantes em São Paulo e Buenos Aires.

[Trabalho completo](#)



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameaçam a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: